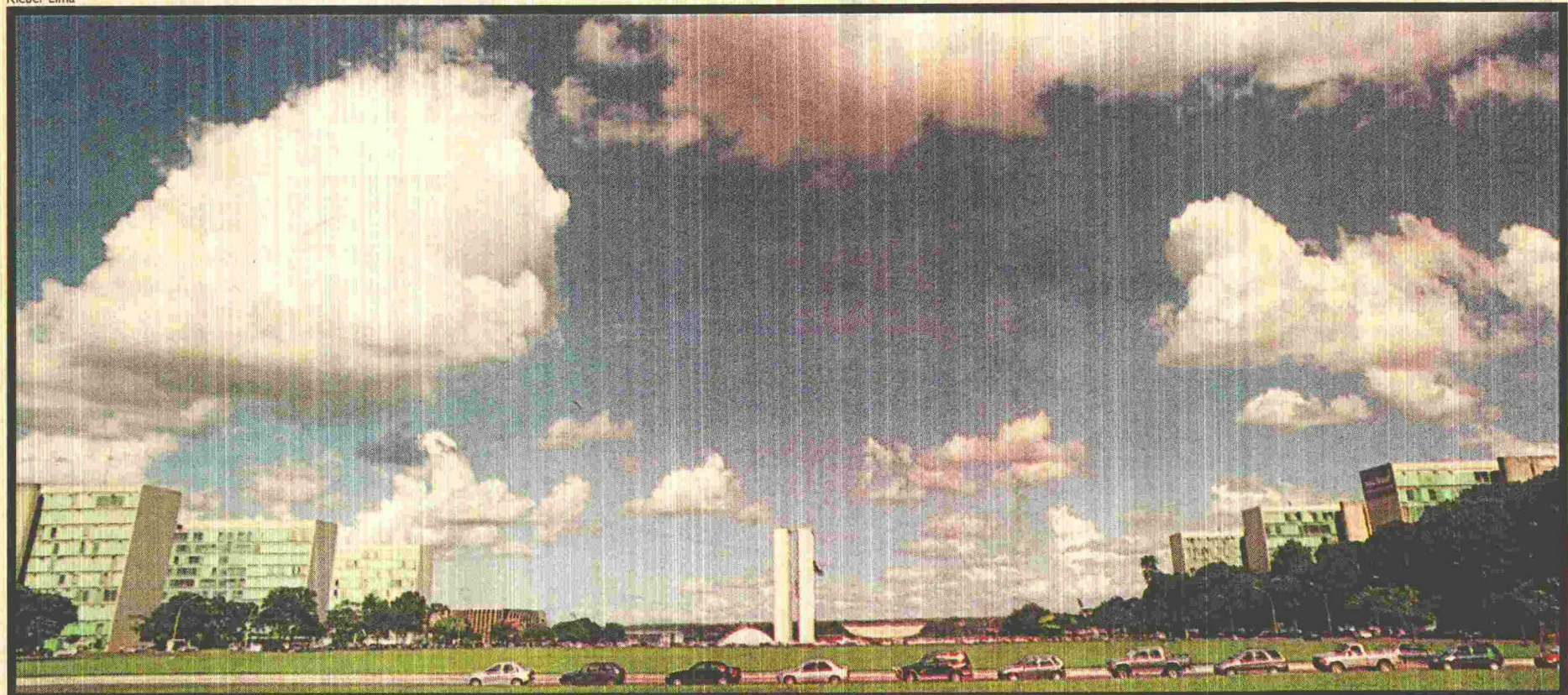




PRESERVAÇÃO

Ministério Público Federal e Iphan entram com ação na Justiça para restringir o uso do espaço entre a Catedral e o Congresso Nacional. Eles querem a proibição de shows e feiras

Kleber Lima



O CANTEIRO CENTRAL DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS TEM SIDO, COM FREQUÊNCIA, PALCO PARA SHOWS E EVENTOS ESPORTIVOS. ARQUITETOS APONTAM AGRESSÕES AO TOMBAMENTO DA CIDADE

Fim da farra na Esplanada

Rodrigo Hilário

Da equipe do Correio

Está começando mais um capítulo da novela sobre a preservação da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes. Hoje, Ministério Público Federal (MPF) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entram na Justiça Federal com uma ação civil pública para restringir o uso indiscriminado dessas áreas. Querem fazer valer o que Lucio Costa escreveu, no Relatório do Plano Piloto de Brasília, sobre o mais conhecido cartão-postal da cidade: um "extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles".

A proposta é criar uma espécie de "redoma" no espaço entre a Catedral e o Congresso Nacional. Nessa área, não devem acontecer eventos como shows e torneios esportivos — comuns nos últimos anos. A exceção se faz às manifestações cívicas, religiosas e políticas de cunho democrático. Porém, em ano de eleição, convém frisar que a montagem de palanques para comícios está vetada.

A ação foi motivada por um ofício enviado ao MPF no início de fevereiro, pela gerente executiva do Iphan em Brasília, Fátima Cisneiros. No documento, ela demonstra preocupação com a utilização indevida da Esplanada e da Praça dos Três Poderes. "Hoje, aquilo é um picadeiro permanente, com barracas de lona e restos de estruturas metálicas. Tentaremos disciplinar e, se necessário, restringir o uso desses espaços, porque eles não estão seguindo a destinação proposta no projeto original da cidade", argumenta o procurador da República Alexandre Camanho.

Fátima Cisneiros espera um posicionamento firme da Justiça e a compreensão da população. "Brasília é a única cidade contemporânea cujo plano urbanís-

tico é tombado. Isso não pode ser ignorado, tanto pelos habitantes como pelas autoridades. As pessoas precisam entender que vivem num lugar diferente dos outros, cheio de normas que precisam ser cumpridas."

De acordo com ela, não há risco iminente para que a cidade perca o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade — concedido pela Unesco, em 1987. "Mas se a situação atual persistir, a médio prazo isso pode se confirmar. Portanto, é preciso tomar medidas urgentes para que a área tombada da cidade não continue sendo dilapidada."

PROJETO

Ação ajuizada em conjunto pelo MPF e Iphan também se baseou no Projeto de Lei 2.371/2001, do deputado distrital César Lacerda (PTB). O parlamentar sugere a proibição de eventos de particulares na Esplanada e na Praça. "Temos de acabar com a instalação de barracas e a montagem de estruturas naquela área, que não pode ser confundida com espaço para recreação."

Para Lacerda, é preciso conservar a arquitetura e a paisagem do local que, apesar de público, deve ser usado conforme determina a legislação. O deputado defende que o interesse econômico e político dos organizadores de eventos não pode ser maior que a necessidade de proteger a cidade. "Não sou contra manifestações culturais e esportivas, desde que aconteçam em locais apropriados. Certamente, a Esplanada e a Praça dos Três Poderes não são."

O projeto deverá ser votado na Câmara Legislativa até o fim deste mês. Se aprovada, quem descumprir a lei será punido com multa no valor de R\$ 500,00 — reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Caso o infrator

MEMÓRIA

Pedido antigo

Não é de hoje que o Conselho Técnico de Preservação de Brasília tenta emplacar a proposta de um decreto para restringir a utilização da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes. Em agosto do ano passado, integrantes do órgão exigiram do governador Joaquim Roriz providências no sentido de preservar o canteiro central da Esplanada e a Praça. Os membros do conselho queriam que o governador limitasse, atra-

vés de decreto, a realização de torneios esportivos e shows nos locais — que deveriam ser destinados apenas a eventos cívicos e religiosos.

De quebra, recomendaram a retirada de painéis publicitários instalados nas laterais de alguns edifícios dos setores Bancário e Comercial Norte e Sul. Segundo a entidade, eles contribuíam para a poluição visual na área tombada. Algumas peças de propaganda foram retiradas. Mas alguns prédios continuam exibindo os painéis. E o decreto restritivo ao uso da Esplanada e da Praça até hoje não foi assinado.

NA JUSTIÇA

Ação civil pública prevê a criação de regras mais rígidas para a realização de eventos na parte central do gramado do Eixo Monumental, que vai da Rodoviária até o Congresso Nacional.

Se a ação for considerada procedente pela Justiça Federal, apenas manifestações políticas, eventos cívicos e comemorações de datas

religiosas poderão ser realizados no local. Qualquer outra utilização do gramado — shows, festas e campeonatos esportivos — precisará passar pelo crivo do Iphan.

O procurador Alexandre Camanho entrará com uma liminar para garantir que o gramado não seja usado enquanto a ação civil pública não for julgada.

seja pessoa jurídica, além de pagar a multa, poderá ter o alvará de funcionamento cancelado.

ESTIGMA DE NACIONALIDADE

A iniciativa foi comemorada por Sérgio Brandão, presidente do Instituto de Ar-

quitetos do Brasil no DF (IAB/DF). "O local é revestido pelo estigma de representar a nacionalidade do país. Fazer um campeonato de tênis, de vôlei, ou um show ali é um descalabro. A mesma coisa que promover a apresentação de uma banda de

rock em frente à Casa Branca ou ao Palácio de Buckingham", compara o arquiteto, referindo-se ao similar do Palácio do Planalto em Washington (Estados Unidos) e ao palácio que abriga a família real britânica em Londres (Inglaterra).

O administrador de Brasília, Antônio Gomes, considera desnecessário entrar na Justiça para resguardar as áreas. Ele argumenta que espetáculos e torneios esportivos realizados em 2001 só aconteceram porque estavam agendados com antecedência e tinham sido autorizados pela administração anterior.

Ele garante que nenhum outro evento do tipo será mais autorizado. "Não autorizei nenhum show, festival, feira ou exposição no local. De agora em diante, só terá permissão se for evento cívico. E ficará restrito ao espaço entre a Rodoviária e a Catedral."

De acordo com o coordenador do Conselho Técnico de Preservação de Brasília, Carlos Pontes, até o fim de março a entidade encaminhará ao governador Joaquim Roriz a minuta de um decreto proibindo o uso indiscriminado da Esplanada e da Praça dos Três Poderes. "O resgate do plano urbanístico de Lucio Costa não pode mais esperar. Esses locais são ícones da civilidade brasileira e merecem o mínimo de respeito."

Segundo Pontes, há outros locais, como a Torre de TV e o Parque da Cidade, que são mais adequados à realização de atividades que ofereçam risco ao patrimônio. "Até cidades mais afastadas do Plano Piloto têm condições de sediar eventos desse tipo. Queremos a total preservação da área tombada e esperamos não encontrar resistência do GDF."

■ COLABOROU ÉRICA MONTENEGRO

POVO FALA

VOCÊ CONCORDA COM O FIM DE EVENTOS NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS?

MIRIAM ALMEIDA DA SILVA,
38 anos, funcionária pública

"Não. Esse é um espaço de lazer importante para a população do Distrito Federal e que deve ser aproveitado para qualquer tipo de manifestação. Para quem trabalha aqui, como eu, também é interessante. Podemos deixar nossos filhos aqui, entretidos em feiras, jogos e brinquedos — como aconteceu na época do Natal — e trabalhamos com mais tranquilidade."



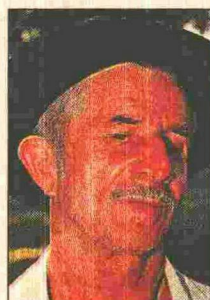
LILIANE SOUZA OLIVEIRA,
18 anos, estudante

"Essa é uma área maravilhosa que deve servir à população do Distrito Federal. É certo que a beleza da cidade está nesse espaço, mas acho que a ocupação do gramado não chega a prejudicá-lo. Concordo que talvez fosse necessária uma lei para regular a utilização. Algumas vezes, os organizadores esquecem por vários dias as estruturas de ferro que foram montadas para os eventos."



GERALDO DA COSTA LIMA,
56 anos, vendedor ambulante

"Os brasilienses têm poucas opções de lazer. Não acho certo que eles percam mais uma. As pessoas precisam de mais prazer porque a vida já é cheia de problemas. Já que não há emprego para todo mundo, também é importante que eventos como shows, feirinhas e campeonatos esportivos movimentem a cidade. Dessa forma, famílias de ambulantes têm sustento tranquilo."



SEBASTIÃO JOSÉ DA ROCHA,
42 anos, funcionário público

"Acredito que a proibição de eventos é necessária. Não combina com esse lugar onde estão os prédios mais importantes do país. Como colocar na Esplanada um show de rock ou um evento como a Micarecandanga? As pessoas têm de entender que não fica bem, que é um espaço que simboliza o país. Não é lugar para anarquia. Há de se ter respeito pelo poder."



EVALDO LEITE CARNEIRO,
37 anos, garçom

"Concordo com a proibição de eventos nesse espaço. Percebo que depois de shows e festas isto aqui fica muito bagunçado. É sujeira espalhada por todos os lados. Não combina com a Esplanada dos Ministérios, nem com o Congresso Nacional, nem com o Palácio do Planalto, que são os símbolos de Brasília e do país."



Fotos: Kleber Lima